




Manifesto do PPRI

VENEZUELA SOB AMEAÇA DO INTERVENCIONISMO

Defender incondicionalmente a nação oprimida diante do imperialismo e dos que o apóiam, da direita burguesa e da esquerda pequeno-burguesa!

Armamento geral da população e formação de milícias sob controle das organizações de massas!

 A decisão dos EUA de deslocar uma frota militar com milhares de tropas de assalto sobre as costas venezuelanas, junto a “recompensa” milionária pela prisão ou morte de Nicolás Maduro, indicou um novo passo na ofensiva dos EUA no objetivo de derrocada do governo nacionalista-burguês, de opressão nacional e fazer do continente parte da guerra comercial e das tendências bélicas. A América do Sul entrou em cheio no mapa da guerra comercial e das manobras dos EUA em preparação de uma guerra mundial para impedir seu declínio e ascensão da China e Rússia, bem como dos BRICS.

As ações de “guerra psicológica” objetivam deixar os monopólios norte-americanos tomar posse de todos os poços e jazidas petrolíferas que, hoje, estão sob controle majoritário da China (em parceria com a Rússia). A guerra comercial contra China se projeta na guerra militar. Esse perigo não foi desvendado, pelo contrário, vem crescendo e aumentando. Para travar uma guerra mundial, o imperialismo norte-americano deve garantir uma fonte segura, barata e constante de petróleo. Mas, uma guerra na

Venezuela seria custosa, retiraria forças militares de outras regiões e levaria a consequências impensadas para a economia e estabilidade norte-americanas. Por isso, é provável que um dos principais objetivos dos EUA seja militarizar o mar Caribe e, assim, decidir pela força a disputa entre Venezuela e Guiana pela soberania das jazidas localizadas no Esequibo. Isso explica por que os governos serviais de Guiana e de Trinidad e Tobago se dispuseram a servir de bases militares aos EUA. Compõem o quadro de nações e governos servis aos objetivos intervencionistas como Equador, Argentina, Paraguai e Peru, que têm acordado deslocamento de tropas e criação de base de operações do exército dos EUA e da CIA. E são parte dos “inimigos” a Colômbia e o Brasil, que tem ensaiado limitadas medidas protetivas contra as manobras intervencionistas do imperialismo estadunidense.

Está aí a explicação da ameaça direta à soberania e autodeterminação nacionais do país oprimido e semicolonial, e a que se projeta contra todos os governos que tentem ensaiar uma limitada soberania nacional perante os ditames estadunidenses. Mas ainda:

é uma amostra do que aguarda a todo América do Sul se decidir seguir uma via limitada de decisões soberanas associadas aos acordos e relações comerciais com a China, que expulsa progressivamente os EUA do continente. Em outras palavras: uma medida de força para impor uma mudança no percurso de decomposição e declínio capitalista norte-americano em face do ascenso industrial, comercial e mundial da China. Ficou claro que um dos objetivos dos EUA na militarização do Canal de Panamá era não apenas impedir seu uso para expansão comercial da China, mas também dispor livremente dessa importante rota marítima para rapidamente fazer um cerco sobre os países latino-americanos que contestem seus objetivos.

O suposto envolvimento de Maduro e das forças armadas venezuelanas com o “Cartel dos Sois” são falsificações que servem ao intervencionismo militar e pressionar à oposição reacionária venezuelana a retomar a via dos levantes e da sedição. Quem não se lembra das acusações de “armas químicas” do Iraque para justificar a destruição desse país e sua colonização pela via militar? A acusação da Venezuela como

um “narcoestado” tem o mesmo objetivo estratégico: criar as condições e justificativas falsas para uma intervenção, caso as ameaças não curvem o governo venezuelano.

O governo brasileiro tomou nota dessa mudança na retórica norte-americana de caracterizar os cartéis do narcotráfico como terroristas, o que comportaria a intervenção militar dos EUA para combatê-los. Diferente da Venezuela, a operação contra o PCC em nosso país demonstrou sua integração na estrutura do estado e das instituições políticas burguesas. A mudança de governo no Brasil almejada pelos EUA colocaria no poder político às frações mais ligadas ao narcotráfico, a direita e ultradireitas, como tem se comprovado com as apreensões de drogas em aviões e territórios de reconhecidos oligarcas regionais e deputados federais ligados quase sempre ao bolsonarismo. A própria estrutura do bolsonarismo nos estados, a exemplo do Rio de Janeiro, é ligada às estruturas criminosas. No caso da Venezuela, pesam as contínuas derrotas das tentativas de golpes, o fracasso dos bloqueios econômicos, o esmagamento de ataques terroristas e a esperança de uma desagregação do governo chavista pela via eleitoral. A última eleição serviu apenas para o imperialismo desconhecer a legitimidade da reeleição de Maduro e preparar as condições para sua derrocada. Note-se que associar cartéis de drogas a governos “de esquerda” é uma das tantas falsificações que acobertam as operações de mudanças de regimes que entravam o expansionismo estadunidense.

O governo nacionalista-burguês mobilizou as Forças Armadas e abriu inscrições por todo o país para a formação de uma milícia popular de autodefesa da nação. Até o momento, mais de 4,5 milhões se inscreveram: um indicativo da disposição das massas a defender seu país do

intervencionismo estrangeiro com armas, se for preciso. Os revolucionários e os verdadeiros marxistas têm o dever e obrigação de apoiar essa medida do governo burguês e exigir ainda que todos os capazes de empunhar uma arma ou prestar serviços à defesa do país, sejam formados e treinados militarmente. Diferenciam-se dos nacionalistas burgueses e da burocracia estatal chavista em que exigem e lutam para que a direção política e comando militar das milícias devam passar às mãos das organizações de massas. Armar o conjunto da nação oprimida, lhe ensinar os rudimentos da guerra e constituir uma força social capaz de defender a nação contra o imperialismo - sem se submeter ao controle e comando da burguesia e seu estado - é do interesse da vanguarda com consciência de classe. Assim se educará o proletariado, os camponeses e demais oprimidos a confiar apenas em suas forças e organizações, preparando condições para que a derrota do imperialismo abra caminho à estratégia proletária.

O imperialismo se prepara para as guerras e pratica o genocídio para impor seus interesses. O holocausto palestino praticado em escala industrial e geográfica pelo enclave dos EUA no Oriente Médio, assim como seu expansionismo belicista, demonstra aos explorados que se devem preparar para guerra contra o imperialismo e seus serviços. É parte dessa guerra caçar os traidores à soberania e aos interesses nacionais e serem julgados pelos Tribunais Populares. Não deve haver trégua contra os opressores e seus vassalos. E isso não fará o governo nacionalista-burguês chavista.

A mudança do regime é o objetivo dos EUA, em cuja base está o interesse de pôr sob seu controle as gigantescas jazidas de petróleo e gás venezuelano e do Esequibo. Qualquer ajuda ao imperialismo ou tentativa de criar condições fictícias de um suposto levante

revolucionário dirigido pelo proletariado e seu partido, nas atuais condições, é uma traição à nação oprimida. E seria garantir ao imperialismo ditar as condições da política interna em qualquer outro país que ouse enfrentá-lo.

Trata-se de defender uma política principista, leninista, de combate à opressão nacional e defesa da nação oprimida porque a derrota imperialista favorece a luta de classes. Nas condições colocadas pelo desenvolvimento histórico está colocada a defesa da tática frentista anti-imperialista das massas na base de suas organizações de massas e dos partidos que se reivindicam da luta pelo socialismo. Firmada sobre a independência de classe, a frente única anti-imperialista se colocaria ao lado do governo para enfrentar o imperialismo, sem se submeter a sua direção política e seus objetivos de classe. É parte dessa tática frentista exigir a unidade de ação das organizações e sindicatos operários e camponeses da América por cima das fronteiras nacionais, contra o inimigo comum, e a defesa dos Estados Operários (ainda que degenerados) dos ataques do imperialismo. A bandeira da derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia se integra à defesa incondicional das nações oprimidas perante o imperialismo que ditam o programa nas condições guerras e contrarrevoluções chefiadas pelos EUA.

O problema concreto é que essa tática e sua consequente estratégia e programa estão impedidas de manifestar e ser desenvolvida porque está ausente a direção revolucionária. Mas, a defesa prática nas lutas dessas bandeiras pode ajudar a sua reconstrução. A urgência dos perigos colocados à nação oprimida exige da vanguarda com consciência de classe potencializar esforço em constituir um verdadeiro partido revolucionário, baseado nos métodos e estratégia da revolução e ditadura proletárias. ● —